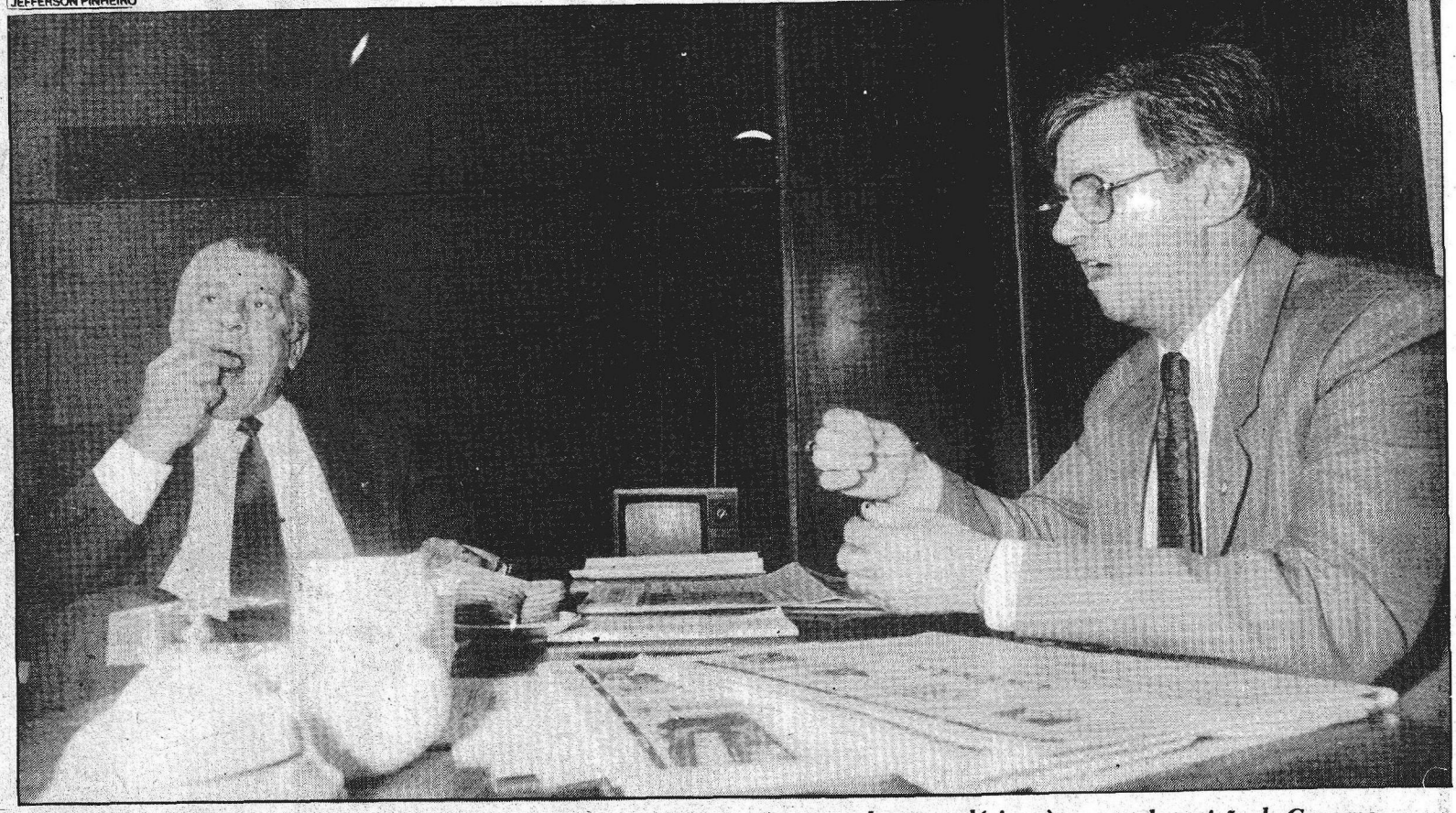
JEFFERSON PINHEIRO



Fiuza e Ibsen: entre chá e biscoitos, o adiamento de uma decisão sobre os salários, à espera da posição do Governo

Salários não entram em pauta e recesso atrasa

O PDT propôs ontem na Câmara o adiamento do início do recesso parlamentar — previsto para o próximo dia 15 — até que o Congresso decida sobre as proposições resultantes do debate entre empresários e trabalhadores na busca do entendimento nacional. A votação da política salarial já ficou para a próxima semana, provavelmente terça-feira, em consequência do documento apresentado na última reunião do pacto, segundo anunciou o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS).

O colégio de líderes decidiu, ontem, adiar para a próxima semana toda a discussão em torno de uma pauta para o esforço concentrado que, a rigor, deveria ter começado esta semana. Ficou decidido apenas que o Congresso dará todo empenho para votar as medidas provisórias ou respectivos projetos de lei de conversão, e todos os vetos. Os projetos da pauta da Câmara dos Deputados deverão passar por uma triagem e os que "sobrarem" serão arquivados ou relegados para a próxima legislatura. Todos os possíveis acordos em torno de projetos de conversão serão iniciados na reunião da próxima terça-feira. Enquanto isso, vota-se o que for de consenso.

As reuniões dos líderes, bastante descontraídas, foram interrompidas em diversos momentos por fatores alheios aos assuntos da pauta. Na terça-feira, chamadas para votação nominal dispersaras os parlamentares, além da visita dos empresários e sindicalistas, que durou mais de duas horas. Ontem, os líderes não compareceram ao encontro no horário combinado — 10h da manhã.

No que poderia ser chamado de "rodada final" do dia, a reunião foi interrompida pelo ministro da Saúde, Alceni Guerra, que apresentou a cópia de um decreto que substitui parcialmente os vetos do presidente Collor na questão de implantação do Sistema Único de Saúde. Alceni acertou detalhes e deverá encaminhar, hoje, um projeto de lei sobre o assunto para ser votado em regime de "urgência, urgentíssima", ainda este ano. O projeto de lei de conversão da política salarial, no entanto, começa a ser reelaborado, sem maiores discussões pelo relator, deputado Tidei de Lima (PMDB/SP). Ontem, ele abriu a rodada de negociações descartando a proposta inicial do partido de gatilho para os salários, que garantiria o repasse automático toda vez que a inflação atingisse 15 por cento.